

Revista da Extensão

Jul 2018 / N° 16

ISSN 2238-0167

Entrevista com

José Rivair Macedo

Danças para usuárias e
trabalhadoras em unidade de saúde

Extensão em educação financeira:
resultados dos cinco anos de experiência
em parceria com a Equilíbrio Assessoria
Econômica

Extensão na Grande Cruzeiro e
Emergências do Campo

Grupo de Estudos Indígenas em
Fraiburgo/SC: ancestralidade, cultura e
territorialidade

Transversalidade e Extensão: Equipe de
apoio matricial, socioeducação e políticas
juvenis

Projeto Costurinhas

DESTAQUE DO SALÃO DE EXTENSÃO UFRGS 2017

O Projeto “Botos da Barra do Rio Tramandaí”:
aprendizados sobre cooperação, tradição e cultura

Educação Postural para a Comunidade

Conhecendo Unidades de Conservação

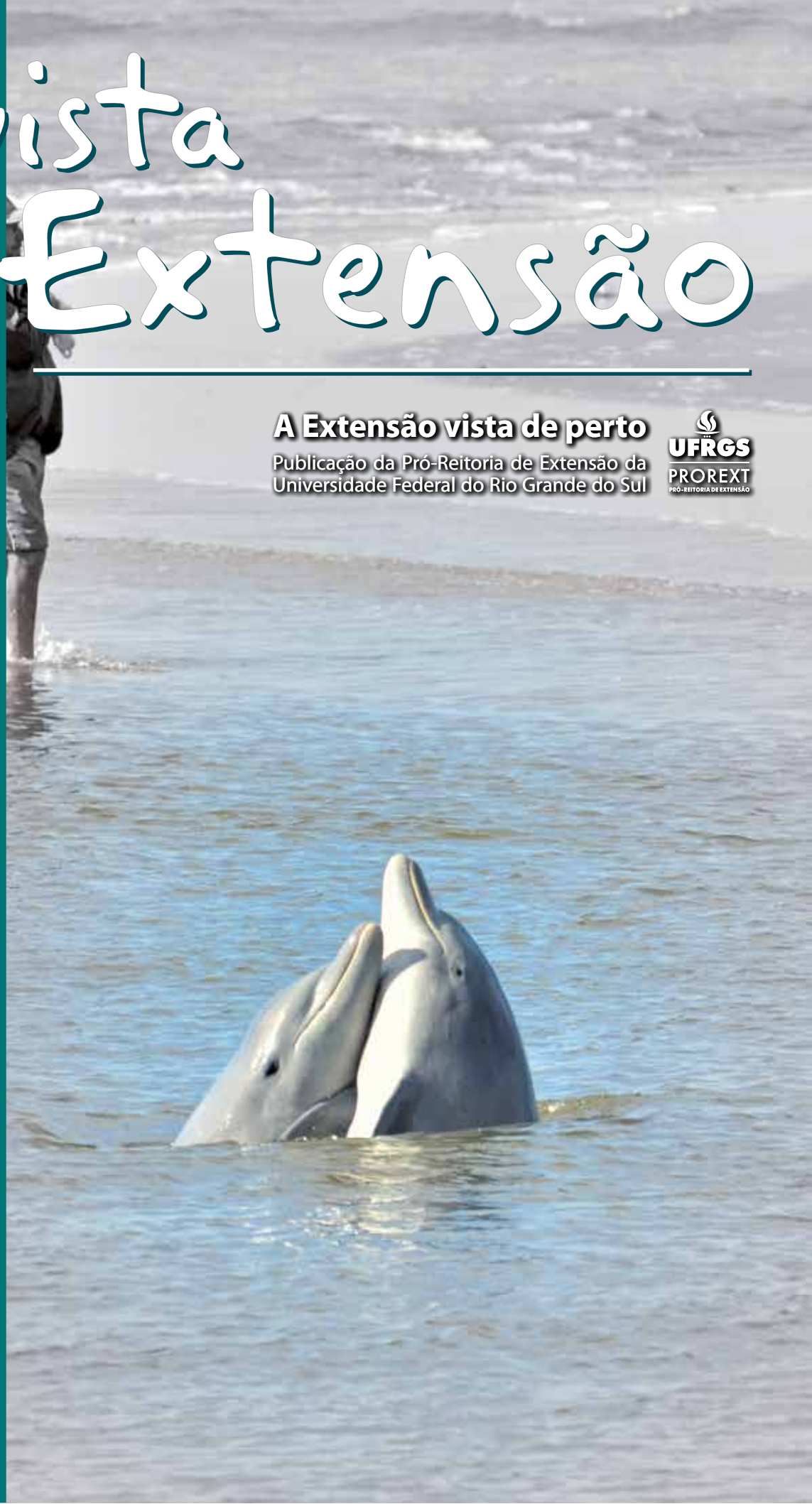
A escola e a universidade na promoção da saúde
infantil: compartilhando hábitos favoráveis à
saúde

Drama Club: teatro e línguas estrangeiras
na Educação Básica desde 2004

Atendimento Clínico com Supervisão 2017

A Extensão vista de perto

Publicação da Pró-Reitoria de Extensão da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul





Extensão na Grande Cruzeiro e Emergências do Campo

Laura Souza Fonseca: Faculdade de Educação - UFRGS

Acadêmicas de Educação Física: Amanda Corrêa Ricardo da Silva, Eliana Ribeiro de Freitas e Janaina Barbosa da Silva

Acadêmica de História: Roberta Baisch Franz

Introdução

O Grupo Trabalho e Formação Humana (GTFH) tem a sua atuação na Grande Cruzeiro – região periférica da Zona Sul de Porto Alegre – há quase 20 anos. O que iniciou com o Programa Convivência Urbana¹ nas férias de verão de 1998 se

fortaleceu com o Programa Extramuros²; a partir de 2006, retomamos atividades com duas ações vinculadas à Faculdade de Educação (FACED/ UFRGS), focando concepções e práticas sobre trabalho e direitos do infantojuvenil em escolas públicas (municipal e estadual) e os serviços de ações socioeducativas, uma parceria público-privada em consequência da municipalização da

1. O Programa Convivência Urbana no final dos anos 1990 e início de 2000 foi uma política do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (DEDS/PROEXT/UFRGS) que nos permitia fazer imersões em um território urbano para reconhecê-lo, buscar aproximações com lideranças da comunidade e construir uma ação extensionista de longa duração, sem prejuízo de novos mergulhos no campo nas férias de inverno e/ou verão

2. Um programa multidisciplinar que, no período de 1998 a 2002, envolveu de forma contínua, principalmente, os grandes campos da educação e da saúde, com inserções da arquitetura e direito, de acordo com as demandas da União de Vilas da Grande Cruzeiro, nossa instância de interlocução da universidade com aquela comunidade. Em 2002 com o afastamento da professora coordenadora para o doutorado, o programa foi interrompido e não mais rearticulado.

assistência social, realizadas em associações de moradores.

Atualmente, o GTFH se materializa em intervenções semanais em escolas da rede pública (municipal e estadual), e Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFVs)³, além da participação em reuniões da rede de proteção e da microrrede do conselho tutelar da microrregião 5⁴. A rede de proteção se constitui como espaço de articulação das políticas sociais – saúde, educação e assistência social – que, junto ao conselho tutelar, compõem a esfera da proteção à infância, adolescência e à família, nos marcos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ali se reúnem trabalhadoras e trabalhadores desses serviços, tendo a possibilidade de participação de usuários. Por sua vez, a microrrede reúne os trabalhadores de acordo com subdivisões da região; enquanto GTFH, participamos das reuniões da microrrede da Cruzeiro, porque é o território onde estão as escolas e o SCFV nos quais atuamos.



Oficina sobre moradia SASE/SCFV

3. Política de contraturno à escola, como políticas da assistência social no campo da proteção ao sujeito de direitos. Até a municipalização da assistência social, eram denominadas Extraclasse; a partir de 2002 com a municipalização, passaram a chamar Serviço de Apoio Socioeducativos (SASE) e hoje, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

4. Microrrede do Conselho Tutelar que compreende os bairros/localidades Glória, Cruzeiro, Cristal, Santa Tereza e Belém Velho.

Nas escolas e nos SCFVs, realizamos oficinas com turmas do ensino fundamental⁵ mantendo o foco de concepções práticas sobre o trabalho e os direitos das crianças e adolescentes, mediadas pelo ECA; iniciando com alguns períodos de observação participante⁶, cuja descrição reflexiva compõe nosso diário de campo e aponta elementos para a construção do planejamento das atividades. Entendemos que esse tipo de observação deve ser um momento de reconhecimento e integração entre a professora (o) ou educador (a)⁷, as crianças e adolescentes, e as oficinas, com possibilidade de intervenção pelas acadêmicas. Esta prática depende da organização da sala, e da liberdade de movimentação dos estudantes. Aulas-oficinas com maiores limitações de possibilidades de movimento e intervenção dos estudantes tornam-se um desafio maior para intervirmos nesta perspectiva. Por exemplo, quando nas salas de aulas os jovens precisam permanecer sentados em fileiras, tendo restrições para se levantarem, é dificultado o diálogo com as oficinas. Ao passo que uma proposta pedagógica de diálogo, quando à disposição das classes, possibilita mobilidade e interação na turma e permite às oficinas terem maior aproximação inicial com o grupo, chegarem perto das crianças e adolescentes para as primeiras conversas.

A partir de então, produzimos um planejamento geral para utilizarmos como base – podendo ser modificado de acordo com as vivências e os relatos da “gurizada”. Pensamos as oficinas temáticas usando elementos disparadores para expor os diferentes assuntos, tais como vídeos, desenhos, escritas, atividades da cultura corporal, debates, leitura coletiva, etc. Esses materiais fazem parte do acervo metodológico, para

5. No quarto ano da rede estadual e no quinto ano da rede municipal, com jovens de 10 a 12 anos em ambas as turmas.

6. Concepção, para nós, fundamentada a partir da educação popular quando temos um tempo de convívio para aproximação com grupos sociais, com os quais desenvolveremos atividades de extensão, ensino e/ou pesquisa.

7. As trabalhadoras (es) da educação com as quais trabalhamos nas escolas, são as professoras (es). Já nos espaços da assistência social, são as educadoras (es) sociais.

problematizar os temas e debater com as crianças e os adolescentes a respeito dos direitos e do trabalho infantojuvenil. As produções dos estudantes, geralmente feitas após essa discussão, são elementos para análise das vivências e compreensões sobre as questões, e também trazem pontos para pensarmos e repensarmos constantemente a intervenção no campo.

Esse movimento vai de acordo com o nosso entendimento sobre a extensão: uma via de mão dupla. O diálogo extensionista se concretiza na intervenção da universidade, por um lado, e da possibilidade da comunidade incidir sobre a universidade, por outro.

A extensão deve ser uma política institucional, indissociável do ensino e da pesquisa, que tenha como objetivo a identificação e o acompanhamento de problemas sociais relevantes e propiciar a troca de experiências e saberes entre a universidade e a sociedade. (ANDES, 2013)

Entendemos que, enquanto grupo acadêmico, devemos nos modificar, aprendendo com o que emerge do campo. É nesse sentido que, o que nos dizem (ou silenciam), expõem (ou escondem) e produzem (ou não) as crianças e os adolescentes constituem parte importante do pensar, planejar e executar a intervenção; assim, utilizamos este processo como importante elemento para a reflexão posterior dentro dos debates do grupo.

A questão da moradia

A partir da realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 no Brasil, com jogos realizados em Porto Alegre, o debate e a luta por moradia eclodiram na cidade. O motivo? Para a realização das obras de mobilidade urbana previstas, milhares de famílias foram removidas forçadamente de suas casas, em mais de um ponto da cidade.

A obra de duplicação da Vila Tronco Neves⁸, ainda inacabada, fazia parte desse planejamento inicial de 17 obras a serem realizadas na cidade (CAMPOS VELHO, 2016). Dados do Comitê Popular da Copa de Porto Alegre⁹ revelam pretensão de remover 1600 famílias da região, sendo que 900 dessas remoções se concretizaram. As alternativas oferecidas aos moradores eram: aluguel social (prefeitura subsidia aluguel de imóvel, porém o valor era insuficiente); indenização (avaliação da casa e pagamento de indenização, que não cobriria a compra de outra casa na região); promessa de imóveis do Programa Minha Casa Minha Vida¹⁰ (sem qualquer garantia de entrega).



Oficina sobre moradia

Essa questão abalou profundamente a comunidade, o que já era esperado. A pauta apareceu de forma frequente nas oficinas que fizemos de 2013 a 2016¹¹. Diversos estudantes relataram a expulsão de suas famílias ou de conhecidos de suas casas. Entendemos este como um debate importante a ser feito nas atividades, e o inserimos em nosso planejamento, tratando a moradia como um

8. Localizada na região da grande Cruzeiro.

9. <http://comitepopularcopapoa2014.blogspot.com.br> acessado em 9 de setembro de 2017.

10. É significativo que a comunidade referia a este programa como minha casa minha dívida.

11. Ainda aparecem relatos de remoções, porém com menos frequência.

direito social que deveria ser garantido a toda a população. A fala recorrente dos estudantes era de que *todos deveriam ter onde morar e poder ficar nas suas casas*.

Opressões – Racismo, Machismo e LGBTfobia

Desde o ano de 2013, constatamos um crescimento de relatos e produções dos estudantes referindo formas de opressão, mais especificamente racismo, machismo e LGBTfobia¹². Relatos de abusos, de atitudes machistas, de “piadas” LGBTfóbicas se tornaram recorrentes e apareciam como se fosse algo natural. Na tabela a seguir, vemos exemplos de relatos que constam nos Diários de Campo do grupo sobre essa questão:

estrutural, como um dos pilares de sustentação da sociedade capitalista. O sistema econômico em que vivemos se utiliza do machismo, do racismo e da LGBTfobia para fragmentar os trabalhadores, tornando assim mais fácil a manutenção do próprio sistema, que tem como base a exploração da burguesia sobre os trabalhadores.



Oficina sobre Gênero e sexualidade SASE/SCFV

Os grupos estavam bem agitados. Ao mesmo tempo que falavam uns para os outros que deveriam se comportar porque era o último dia, pareciam estar nos testando. Mais uma vez ficaram se chamando de “bicha”, “viado” e etc. Tentei problematizar, vários deles disseram que acham que ser homossexual é errado.

Fizemos um debate com a turma, questionando se existe brincadeira ou jogos que sejam só de menino ou só de menina. Disseram que não, mas que às vezes é melhor as meninas não jogarem pra não se machucar, já que “são mais frágeis”. Questionamos se meninos não se machucam, responderam que sim, mas não pareceram muito convencidos que não há um gênero que seja “mais frágil”. Contaram várias situações das escolas onde estudam, referente a essas questões, o que as meninas jogam, o que os meninos jogam e quando jogam todos juntos.

Também apareceu por parte dos meninos, que na divisão de tarefas em casa, haveria tarefas apenas para mulheres e outras apenas para homens. Quando perguntamos se achavam que isso era algo natural ou imposto, afirmaram ser natural. Colocaram isso a partir do debate de que organizam suas próprias coisas, mas não a casa. Disseram que homens arrumariam o telhado, o pátio, mas que coisas como lavar a louça “não são coisa de macho” (palavras deles).

Em razão dessa demanda, inserimos esses temas no nosso planejamento. Inicialmente de forma mais espaçada e posteriormente como eixos de trabalho¹³.

É importante pontuar a forma como o GTFH, através de debates coletivos, pensa e compreende essas questões. Entendemos a opressão como algo

Nesse sentido, *opressão* é diferente de *discriminação* ou *preconceito*, ou do chamado *bullying*, porque as relações que esses conceitos permitem estabelecer, reforçam o indivíduo no contraponto à classe, a aparência como se fosse alheia aos mecanismos de manutenção da sociedade, com forte viés de juízo moral. Sendo assim, é vendida a ideia de que se pode acabar com elas, sem atacar o sistema – algo que, em nossa concepção, é impossível. Diferente da caracterização de opressões que, como elemento estrutural de uma sociedade pautada pela exploração, só avançaremos com as lutas da classe trabalhadora e só superaremos com a radicalidade da revolução

12. Opressão contra pessoas LGBTs – lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. Pode, em alguns casos, atingir pessoas que sequer compreenderam sua sexualidade ainda, algo recorrente no espaço escolar.

13. Atualmente o planejamento das oficinas se divide em cinco eixos: direitos; trabalho; moradia; gênero e sexualidade; e raça/etnia.

social, na alteração do modo de produção.

Considerações

Essas duas questões foram as mais marcantes na trajetória recente de atividades do grupo, pois modificamos as propostas de maneira a atender as demandas que encontramos no campo. Além disso, de uma semana para a outra, fazemos alterações conforme o que é expressado pelas crianças e adolescentes sobre a realidade em que estão inseridas. Observamos o que é importante na rotina de cada turma e avaliamos o que precisa ser discutido. Isso diz respeito ao que sustentamos como extensão: a universidade não deve ir a campo utilizando-o como um objeto de estudo tão somente para aplicar um conhecimento previamente obtido, engessado num planejamento fixo.

Para a produção de um conhecimento socialmente útil, que é o que pretendemos como grupo,

é necessário que nós sejamos modificados pelo campo de atuação, entendendo o conhecimento e as vivências encontradas nessas regiões periféricas. Estes saberes e experiências são ignorados pela academia como parte de uma totalidade – não só válidos e relevantes, mas fundamentais para buscarmos elementos que nos aproximem de realizar contribuições na investigação e produção acerca da privação de direitos e desigualdade social, os quais o infantojuvenil e a classe trabalhadora vivenciam em seu contexto social, nessa sociedade capitalista.

Referências

ANDES-SN. Caderno 2: **Proposta do ANDES-SN para a universidade brasileira**. 4ª edição atualizada e revisada. Brasília, 2013.

CAMPOS VELHO, Eugênio Cavada de. **Copa do mundo FIFA no Brasil (2014) : a percepção dos moradores afetados pela reforma na Av. Tronco um ano depois da copa**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

COMITÊ POPULAR DA COPA. **Comitê Popular da Copa POA2014**. 2014. Disponível em: <<http://comitepopularcopapoa2014.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 09 set. 2017.

GRUPO TRABALHO E FORMAÇÃO HUMANA. **Diário de Campo**. Faculdade de Educação da UFRGS. Porto Alegre, 2013.

GRUPO TRABALHO E FORMAÇÃO HUMANA. **Diário de Campo**. Faculdade de Educação da UFRGS. Porto Alegre, 2014.

GRUPO TRABALHO E FORMAÇÃO HUMANA. **Diário de Campo**. Faculdade de Educação da UFRGS. Porto Alegre, 2015.

GRUPO TRABALHO E FORMAÇÃO HUMANA. **Diário de Campo**. Faculdade de Educação da UFRGS. Porto Alegre, 2016.

LEITE, Julia e SANTOS, Karen Morais dos. **As opressões a serviço da exploração do indivíduo na sociedade capitalista: Pela superação da sociedade classista, por um sistema socialista!** In Caderno de Debates da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física 2013.

SAFFIOTI, Heleith. **A mulher na sociedade de classes – mito e realidade**. Editora Expressão Popular. 3ª edição. São Paulo, 2013.